

- COMUNICADO DE IMPRENSA -

**SCIAENA DISCUTE O NOVO INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTA COM O
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO (MAMAOT)**

Lisboa, 3 de janeiro de 2012

A Sciaena - Associação de Ciências Marinhas e Cooperação (www.sciaena.org) reuniu com a Dra. Alda Mesquita, Assessora do Secretário de Estado das Floresta e Desenvolvimento Rural e o Dr. Luís Paulo da Silva, Assessor do Secretário de Estado do Mar. Esta reunião foi marcada na sequência de uma carta enviada pela Sciaena no passado mês onde a associação demonstra alguma preocupação sobre o futuro da Conservação da Natureza em Portugal.

Ao longo da reunião a Sciaena apresentou questões quanto à nova reestruturação do ministério tendo-se focados em 3 assuntos:

- 1) Instituto da Conservação da Natureza e Floresta, qual a razão?** Na década de 70 a criação do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico foi um marco em Portugal, pois implicou o reconhecimento do sector da Conservação da Natureza. A fusão deste sector com o sector das Florestas é vista por alguns como retrocesso. A Sciaena considera que estamos num ponto de viragem em que todos os esforços devem ser feitos para que esta reestruturação apenas implique a racionalização de meios e mais elementos no terreno. Ambos os representantes confirmaram que *o objetivo não é diminuir a atual capacidade do ICNB, mas sim reduzir a duplicação de esforço e reduzir os cargos de chefias que implicam cargas honorárias consideradas desnecessárias*. Aliás foi referido que, *a fusão do antigo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, já surtiu efeitos quanto à auscultação do sector na Conservação da Natureza em decisões tomadas no sector Agrícola, situação que anteriormente não acontecia*.
- 2) Cinquenta por cento das áreas protegidas são sistemas costeiros. Porque é que o sector da Conservação é fundido com o sector da Floresta e não está implícito na atual Direção-Geral da Política do Mar (DGPM)?** Segundo os representantes do MAMAOT *a comunicação aos sectores decorre de forma agilizada e pretende ser cada vez mais eficiente. Atualmente não existe duplicação de esforço pois todos os sistemas costeiros incluídos em áreas protegidas não fazem parte da competência da DGPM. A Expansão da Rede Natura 2000 ao meio marinho e toda a regulamentação e ação sobre o meio marinho será efetivada pela DGPM*. A Sciaena frisou que independentemente do formato organizacional os atuais desafios no meio marinho são crescentes e Portugal continua atrasado e deficitário na expansão da Rede Natura 2000 ao meio marinho. Esta ferramenta de Conservação do meio marinho deve ser efetivada em paralelo com o atual Ordenamento Marinho, para que os nossos recursos naturais marinhos sejam mantidos enquanto a pressão de exploração e utilização do espaço continua a aumentar (ex. energia eólica).
- 3) Mediante o novo organograma, as competências do ICNB são assumidas pela Direção Regional de Agricultura e Pescas das respetivas regiões. Contudo, como irá funcionar o**

corpo técnico de cada área protegida? Segundo os assessores, *o corpo técnico de cada área protegida mantém-se e não irão decorrer alterações a esse nível, a reorganização será sobretudo vertical.*

Estas foram as questões fundamentais colocadas pela Sciaena. Contudo, aproveitámos ainda a oportunidade para relembrar três pontos por nós considerados essenciais no futuro da Conservação da Natureza em Portugal, independentemente da estrutura organizacional definida.

- 1) O atual formato de participação pública é visivelmente insuficiente para uma gestão que se pretende eficiente e sustentável. Num período de crise, potenciar uma gestão de proximidade efetiva pode constituir uma oportunidade para uma forma mais sustentável e responsável de gestão. Exemplos de formatos considerados exemplares são o projeto de investigação MARGOV – Governância Colaborativa de Áreas Marinhas Protegidas (<http://margov.isegi.unl.pt>) e o programa Castro Verde Sustentável (www.lpn.pt);
- 2) É necessário efetivar a cooperação continuada entre o futuro do Instituto de Conservação da Natureza e Floresta e as Universidades e Instituições de Investigação. No atual ICNB existem exemplos positivos neste sentido. Contudo, consideramos necessário passar de uma colaboração pontual para uma colaboração sistemática;
- 3) Finalmente, a Sciaena reafirmou a sua visão de integração de interesses e estreitamento das relações entre o sector da Conservação da Natureza e sector privado, contudo, reafirma a necessidade do Estado manter a sua função vital de regulação e salvaguarda pelo nosso património natural.

A Sciaena congratula-se com os resultados desta reunião, mas afirma que continuará a actuar tanto a nível nacional como a nível europeu para que os princípios da sustentabilidade sejam respeitados, de modo a que as futuras estratégias diminuam os atentados aos valores naturais e que não representem um perigo adicional.

Contactos:

936257281 (Gonçalo Carvalho)

968829544 (Helena Guimarães)

geralsciaena@gmail.com

Nota aos Editores:

A Sciaena – Associação de Ciências Marinhas e Cooperação - é uma pessoa colectiva, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, de âmbito nacional e internacional. Criada em 2006, a associação tem como objetivo fundamental a aproximação entre as diversas esferas da sociedade - ciência, governação e atores sociais - em prol de um país cada vez mais ativo e direccionado para a sustentabilidade. Mais informações em www.sciaena.org.